

O FIM DA GUERRA DO PARAGUAI E AS RELAÇÕES BRASIL – PARAGUAI NO PÓS-GUERRA

Braz Batista Vas¹

A Guerra do Paraguai foi um evento militar de grande envergadura para as nações que nela se envolveram e vários foram os fatores que influenciaram o início das hostilidades entre os países da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) e o Paraguai, e seu desfecho, além da vitória militar, afetou profundamente as sociedades envolvidas.

O conflito com o Paraguai se configurou num importante repositório da história militar e diplomática brasileira, por se tratar justamente do único grande conflito internacional a mexer não somente com o Brasil, mas também com outros três países da América do Sul, a saber, Argentina, Paraguai e Uruguai. O drama do conflito com o Paraguai, portanto, provêm de uma complicada trama político-econômica que assolava a região do Rio da Prata, com questões relativas a aspectos econômico-comerciais, tensões quanto a demarcação de fronteiras e uma delicada relação diplomática entre os envolvidos.

O Brasil do segundo reinado teve uma história recheada de atividades militares de grande ou pequena expressão. Vários episódios contribuíram tanto para a formação do Brasil enquanto nação como para o aprimoramento de instituições que figuram, no mais das vezes, como pilstras básicas do Estado - Nação. Desde a Regência o Brasil vinha experimentando uma vida de agitações que quase sempre envolviam intervenções militares a fim de se apaziguar ânimos ou refrear descontentamentos. A economia brasileira na segunda metade do século XIX foi amplamente influenciada pelo conflito com o Paraguai, dentre outros setores que também sofreram com a guerra.

¹ Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Araguaína; Membro do GEDES – Unesp-Campus de Franca; Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV; E-mail: brazbv@uft.edu.br

Por seu turno, ao longo da história platina as relações do Paraguai com os demais países da região sempre foram complicadas. Ora prevaleciam as tensões quanto a acordos comerciais e fronteiriços, ora o Paraguai submergia em longo período de isolamento, com pouquíssimos contatos diplomáticos com os países vizinhos. Das contendas diplomáticas ao *casus belli*, ocorreram mudanças substanciais nas relações entre Brasil e Paraguai, com forte impacto no contorno de certos trechos de fronteira, na navegação fluvial, no comércio da região e na balança de poder da geopolítica regional.

Por ser um conflito sem precedentes na América do Sul, a guerra contra o Paraguai se alardeou por estas paragens como um dos primeiros exemplos das guerras com algumas características modernas, a exemplo do princípio da *guerra total*². A América do Sul passou a conhecer melhor a enorme diversidade e potencial destrutivo da artilharia, a relativa ineficiência da cavalaria numa guerra de posições, a extrema importância de um corpo de engenheiros, médicos e um esboço do que mais tarde veio a se configurar como serviço de intendência e logística, vital a manutenção dos esforços de guerra.

A finalização da Guerra do Paraguai

É nesse contexto, de uma vida político social bastante agitada, devido a vários fatores e diversas conjunções de interesses, tanto nacionais como internacionais, que a vida militar brasileira começa a ficar cada vez mais expressiva no plano internacional regional.

O Brasil, ao início da guerra, em 1865, firmou um tratado com seus aliados, o Uruguai e a Argentina, conhecido como o Tratado da Tríplice Aliança. Um tratado secreto, ou ao menos o foi até que representantes do governo uruguaio divulgaram seu conteúdo. Por esse tratado a guerra somente seria encerrada sob determinadas condições e ao atendimento de alguns pleitos, especialmente os relativos a questões fronteiriças e a navegação nos rios da região.

² CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fintes; Brasília: Ed. Unb, 1979.

Por conseguinte, a guerra só se encerraria, por exemplo, com a deposição ou morte do presidente paraguaio³ Francisco Solano López e, tanto Brasil quanto a Argentina, cobijavam consideráveis extensões de terras que os paraguaios consideravam suas.

Como consequência, foi uma guerra cruenta, longa e tremendamente dispendiosa para o Império. Uma guerra que trouxe inúmeras inovações, algumas tecnológicas, outras organizacionais, mas ainda seguiu os mesmos padrões, em termos de estratégias e táticas militares, da Guerra da Criméia (1853-1856), conflito que, em termos militares, significou a transição das guerras ao estilo napoleônico para os conflitos modernos.

Num enorme esforço militar, o Império recrutou homens, ora voluntariamente ora a pau e corda⁴, juntou corpos militares terrestres distintos num mesmo esforço e teatro de operações, caso do Exército de linha, da Guarda Nacional, de Voluntário da Pátria e milícias rio-grandenses. As dificuldades com a organização militar foram enormes, a mortandade, entre doenças e mortes nos combates também foi altíssima, assim, à medida que muitos soldados e oficiais eram remanejados ao longo dos combates, novas unidades eram criadas ou extintas, os corpos se remodelavam com o que estava disponível, e as rusgas entre oficiais eram corriqueiras, mas raramente tais indisposições passavam para o discurso oficial sobre a guerra.

³ De acordo com o artigo 6º do Tratado da Tríplice Aliança, "os aliados se comprometem solenemente a não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de derrubada a autoridade do atual governo do Paraguai; bem como a não celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, se não de perfeito acordo entre todos".

⁴ Recrutamento forçado. Para uma discussão mais específica sobre esse assunto ver os trabalhos de IZECHSOHN, Vitor. "Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 179-208; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Nesse contexto, em 1869, após invadir e adentrarem território paraguaio até sua capital, Assunção, o oficial brasileiro de maior prestígio junto ao Imperador e comandante das forças aliadas, Caxias, considerando cumprida sua tarefa militar, alegou problemas de saúde e retirou-se da guerra. Assumiu seu lugar o marido da princesa Isabel, o Conde D'Eu⁵, que conduziu as operações até a morte do presidente paraguaio Francisco Solano Lopez e o encerramento definitivo do conflito.

Dentre os membros da Tríplice Aliança, as complicações para o encerramento militar do conflito pesaram mais sobre o Brasil. Nas palavras de Dionísio Cerqueira, que esteve presente em um banquete ocorrido em Assunção, em 1869, em honra ao plenipotenciário brasileiro e Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco:

Nesta festa, modesta pelos recursos de que dispúnhamos, mas sincera e altamente significativa, oferecida ao ilustre homem de Estado, [...] ouviu com verdadeira surpresa alguns discursos, felizmente poucos, em que se manifestou o desejo de não prosseguir na guerra, pois não passaria de uma *inglória campanha de montoneras*.

Outros contestaram, afirmando que a hidra paraguaia não estava com todas as cabeças decepadas, e preparava-se na cordilheira para novos botes.⁶

⁵ Conde D'Eu, Luís Felipe Gastão de Orléans, (1842-1922), príncipe imperial e general do exército brasileiro, nasceu em Neuilly, França, a 28 de abril de 1842, era neto do rei francês Luís Felipe. Casado a partir de 1864, com a princesa Isabel, foi comandante-em-chefe do exército aliado na última fase da Guerra do Paraguai, vencendo as batalhas de Peribibuí e Campo Grande.

⁶ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1980. p. 312.

No dia 1º de janeiro de 1869 as tropas brasileiras ocuparam a capital paraguaia, Assunção, lá se instalando. As tropas argentinas acamparam nos arredores da cidade. Desse modo, antes do final da guerra e antes da morte de Solano Lopez, em despacho a Paranhos, datado de 1 de fevereiro de 1869, o Barão de Cotegipe chamava a atenção da representação diplomática brasileira em Buenos Aires de que:

V. Exa. Conhece perfeitamente todos os compromissos da presente guerra e a gravidade da situação atual. Por um lado, o inimigo esta inteiramente vencido, arrasadas as suas fortificações, aprisionado o seu material de guerra e dominado todo o seu litoral. Por outro lado, parece certo que o General López ainda permanece no território paraguaio e tenta manter-se no interior. Presume-se também, e com fundamento, que o General Mac-Mahon, Ministro dos Estados Unidos da América do Norte, se acha junto ao ditador e o anima com sua presença.⁷

Havia considerável preocupação do governo imperial, ainda que mal terminada a guerra, com as pretensões argentinas, entretanto, na mesma correspondência o Barão de Cotegipe orienta Paranhos a respeitar integralmente o Tratado da Tríplice Aliança como forma de garantir os interesses brasileiros e ao mesmo tempo manter as boas relações com a Argentina, de forma que:

Do tratado da Tríplice Aliança umas disposições já estão de fato realizadas, outras o podem ser desde já e definitivamente. As que tem sua execução no futuro e as que consistem somente em franquezas de navegação e comércio, tão valiosas serão negociadas hoje, como se o forem depois que tenha cessado de todo a resistência do General López. Pelo contrário, mais tarde, quando o governo provisório se sinta inteiramente desassombrado do inimigo comum, pode ser muito difícil o seu assentimento as disposições de limites e outras que importam em ônus para o seu país. Haveria algum

⁷ Despacho do Barão de Cotegipe à José Maria da Silva Paranhos em 01/02/1869, apud FRAGOSO, op. cit., p. 281-282.

perigo em encetar-se desde já essa negociação se pretendêssemos modificar o tratado da Tríplice Aliança no que toca a limites da República Argentina. Mas o Governo Imperial reconhece que a base dessa negociação deve ser o compromisso solene que estabeleceu o tratado de 1 de maio de 1865.⁸

A essa altura da guerra um grupo de paraguaios havia se organizado e encaminhado correspondência aos representantes diplomáticos dos Aliados em Buenos Aires, que eram José Maria da Silva Paranhos, pelo Brasil, Mariano Varela⁹, pela Argentina e Adolfo Rodriguez¹⁰, pelo Uruguai, se disponibilizando a formação de um governo provisório civil no Paraguai. Nesse mesmo sentido Paranhos apresentou em Buenos Aires um “apontamento e bases para os ajustes preliminares com o governo provisório” no Paraguai, visando o estabelecimento de novo governo para o Paraguai.

Era essencial finalizar as hostilidades em território paraguaio, de forma que o afastamento de Caxias demandava uma imediata substituição sem gerar ou ampliar fissuras no comando das forças da aliança. Nesse momento entra em cena a figura do Conde d’Eu. No Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, assim se relata o momento em que o Conde d’Eu assumiu o comando das forças aliadas:

Congratulo-me com a Representação Nacional pela gloriosa terminação da guerra, que por mais de cinco annos fomos obrigados a sustentar em desaffronta da honra nacional e dos altos interesses do paiz.

⁸ Despacho do Barão de Cotegipe à José Maria da Silva Paranhos em 01/02/1869, apud FRAGOSO, op. cit., p. 283.

⁹ Ministro das Relações Exteriores da Argentina entre outubro de 1868 e agosto de 1875, quando assume Bernardo Irigoyen.

¹⁰ Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário da República Oriental do Uruguai na Argentina entre fevereiro de 1869 e outubro de 1875.

O dictador Francisco Solano Lopez, levado de derrota em derrota desde Iatahy até Lomas Valentinas, onde o valente Exercito alliado destroçou nos sempre memoraveis dias de Dezembro, as principaes forças inimigas e a ultimas fortificações que então lhe restavão, achando-se sem material de guerra, e tendo perdido quasi toda sua artilharia, ainda assim, não obstante confessar-se vencido, foi com pertinacia embrenhar-se nas Cordilheiras, julgando-as talvez inexpugnaveis, para ahi fortificar-se e continuar a resistir com o que pudesse reunir dos restos do seu numeroso exercito.

Era, pois, forçoso desaloja-lo, através de grandes obstaculos, d'essas agrestes e alcantiladas serranias, e aniquilar inteiramente os meios de resistencia de que ainda dispuzesse, obrigando-o por este modo a render-se ou abandonar para sempre o territorio paraguayo.

Foi nesta fase da guerra que o Augusto Principe o Sr Marechal de Exercito, Conde d'Eu, chegando a Assumpção a 14 de abril do anno proximo passado, seguiu sem demora para Luque, e assumiu a 16 o comando em chefe de todas as nossa forças em operações, para desempenhar a difficil, porém muito honrosa e gloriosissima commissão que lhe fôra confiada.

Desde logo occupou-se o General em Chefe em preparar com actividade louvável os meios de acção, e prover do necessario as forças a cuja frente tinha de continuar as operações de guerra, fazendo ao meso tempo explorar os terrenos que devia percorrer, afim de serem batidas, como com effeito o forão, quaesquer partidas inimigas que nelles se encontrassem¹¹.

¹¹ RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, Arquivo Histórico do Exército. p. 7-8.

Aos apontamentos de Paranhos o representante argentino questionou a adesão do governo provisório paraguaio ao Tratado da Tríplice Aliança e mesmo a formação de um governo provisório paraguaio sem estar ainda todo o território guarani livre das influências de Lopez. O representante uruguaio concordou com o ponto de vista argentino. Para resolverem a questão o termo 'adesão' foi suprimido e substituído, sem prejuízo de seu claro entendimento e dos interesses aliados por 'tendo presentes as prescrições do referido tratado'. E assim seguiram-se os ajustes e arranjos diplomáticos quanto às providências do término da guerra.

É curioso notar que nas correspondências entre Cotegipe e Paranhos ou mesmo entre Paranhos e o representante Argentino, quando se referem às providências quanto a Lopez, falava-se em aprisioná-lo ou expulsá-lo do território paraguaio, ou mesmo em relação à guerra, que esta era dirigida ao governo paraguaio, consubstanciado na figura de Solano Lopez, e não contra o povo paraguaio, tido nos documentos oficiais como vítima do "despótico governo de Lopez".

Ao mesmo tempo em que a guerra era efetivamente finalizada no que tange as operações militares, política e diplomaticamente já estava em curso a construção de uma clara distinção entre um governo contra o qual se movia uma guerra e um estado que existia e continuaria existindo após o fim da guerra, a despeito do funesto saldo de paraguaios mortos e qualquer outro ressentimento em relação aos aliados de modo geral. As conversações seguiram sob pressões de ambos os aliados. No tocante ao Brasil, tratava-se da enorme preocupação do governo e da diplomacia imperial de que a Argentina se arrogasse restabelecer as antigas disposições territoriais do Vice-Reinado do Rio da Prata e também sobre como essa guerra era vista na Europa e nos EUA.

Em 2 de junho de 1869, em Buenos Aires, foi concluído e assinado pelos representantes da Tríplice Aliança a "formulação definitiva das condições para o reconhecimento do governo provisório paraguaio¹²".

¹² FRAGOSO, op. cit., p. 295.

Em 8 de junho de 1869, por meio de uma nota coletiva dos representantes aliados, a resolução final foi comunicada a comissão paraguaia. Após formada uma comissão com cinco nomes, em 5 de agosto de 1869, antes de encerrada a guerra, foi escolhido um triunvirato que seria, na prática, o novo governo paraguaio. Em 15 de agosto eles tomaram posse e nessa solenidade, em seu discurso Paranhos disse:

Tem sido quase sempre uma desgraça para a América do Sul independente que suas grandes crises políticas não sejam desde o princípio bem compreendidas pelas potências chamadas a defender a civilização e a prestar por toda parte o seu apoio moral à causa do direito e do progresso. Desta vez, senhores, nesta porfiada luta, que ainda dura porque o Marechal López abusou horrivelmente do seu poder despótico e de uma população ignorante de seus destinos, na guerra do Paraguai, senhores, *não só europeus, mas até americanos se iludiram em suas apreciações, contribuindo destarte, sem o quererem, para prolongarem o martírio do povo paraguaio e os sacrifícios enormes de três nações, que se aliaram em nome de sua honra audazmente ofendida e de direitos incontestáveis e essenciais à sua segurança e prosperidade.*¹³

No campo diplomático, repare-se que muito sutilmente, a fala do representante diplomático brasileiro procura deslocar, naquele contexto de final de guerra, uma substancial parte da culpa pelo prolongamento e violências da guerra as potências europeias e aos Estados Unidos por não apoiarem de imediato à causa aliada e por manter simpatias com o governo de Solano López. O despreparo e ineficiência das forças brasileiras passam a ser um reduzido componente do todo que agora incorporava novos vetores da complexa relação causa e efeitos da guerra e colocava novos desafios no contexto regional e na conjuntura internacional.

¹³ Trecho do discurso de José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde de Rio Branco, em 15/08/1869, na cerimônia de posse do governo provisório paraguaio, transcrito por FRAGOSO, op. cit., p. 297. Grifo nosso.

O fim da guerra culminou num período de ocupação militar do Paraguai por tropas aliadas, em sua maioria brasileiras, de 1870 a 1876, período no qual foi negociada e gestada a composição da nova estrutura que governaria o estado paraguaio. A ocupação militar foi acompanhada da presença de um representante diplomático e plenipotenciário brasileiro junto ao governo paraguaio. A esse plenipotenciário cabia garantir a prevalência dos interesses brasileiros no Paraguai, especialmente ante os interesses argentinos. O Brasil só estabeleceu uma legação diplomática oficial no Paraguai a partir de 1872, antes desse ano o plenipotenciário brasileiro geralmente ficava em Buenos Aires.

De acordo com Fragoso¹⁴, entre 1870 e 1873 ficou um pequeno contingente militar em território paraguaio que nunca ultrapassou a quatro mil homens. Entre 1872 e 1876 os efetivos totais do Exército Imperial variavam entre pouco menos de 18.000 a 15.000 homens, com redução do contingente ano após ano, já contabilizado o efetivo de ocupação no Paraguai da força terrestre e da Marinha brasileira, que mantinha no mínimo seis navios no porto de Assunção durante esse período de ocupação.

Com o fim da guerra, a contra gosto de certos interesses argentinos, manteve-se a independência paraguaia e a mediação do presidente norte-americano na resolução da questão fronteiriça entre Argentina e Paraguai, com ganho de causa ao Paraguai, ajudou a amainar certas inconveniências diplomáticas causadas pela guerra.

Este período de ocupação resultou ao Brasil, após o conflito, na assinatura com o Paraguai de um Tratado de Livre Navegação no Rio Paraguai, o que garantiu a principal via de acesso a Província do Mato Grosso, além das possibilidades comerciais decorrentes da livre navegação no mesmo rio. Junto com a navegação, o Brasil garantiu também a incorporação de uma considerável porção de terras ao território nacional, especialmente nas áreas dos estados do Paraná e Santa Catarina, fixando limites geográficos mais precisos com o território paraguaio.

¹⁴ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960. Vol. 5.

Sobre a ocupação do território paraguaio, predominantemente por tropas brasileiras, pouco se tem escrito sobre a atuação da diplomacia brasileira neste período de ocupação e suas ruzgas com os militares brasileiros¹⁵, que por vezes tomavam algumas atribuições da diplomacia para si, especialmente nalguns casos em que o objetivo era conseguir vantagens financeiras ou comerciais individuais.

No cenário interno brasileiro, mais precisamente na corte, as preocupações com a assinatura de um acordo de paz com o Paraguai e a discussão sobre a abrangência e efeitos do Tratado da Tríplice Aliança eram colocados ao Conselho de Estado. É interessante notar que a preocupação quanto às ações e pretensões argentinas eram maiores do que propriamente com a dinâmica interna do Paraguai. As atas das reuniões de 26 de abril de 1870 e 07 de dezembro de 1870 do Conselho de Estado debatem as preocupações sobre as concessões territoriais a serem feitas pelo Paraguai a Argentina em função do cumprimento de dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança e da relutância do governo argentino em aceitar um governo provisório no Paraguai pós-guerra. Além disso, no panorama interno brasileiro, a guerra contra o Paraguai desenhava novos contornos para o Exército regular, de forma que:

Depois da guerra com o Paraguai, entretanto, o cenário fica mudado inteiramente. Na proporção do envolvimento de cada figura ilustre de chefe militar na vida política existia o fato ou a possibilidade de envolvimento do Exército. E o Exército, agora, tinha importância.¹⁶

A guerra foi finalizada, mas as disputas e o jogo de interesses na região estavam apenas buscando e ajustando novos caminhos a serem percorridos. As negociações e acordos principiaram antes mesmo de se ter a guerra efetivamente finalizada.

¹⁵ Para uma discussão mais específica de aspectos da vida política paraguaia no imediato pós-guerra ver DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. "A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 209-236.

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 141.

Negociações e acordos no pós-guerra

O final da campanha foi um período de preocupação do Império quanto às discussões ou questionamentos quanto à atuação brasileira. Além disso, sobressaía a preocupação com a navegação, pois o Rio Paraguai foi canal primordial no abastecimento de gêneros alimentícios, armas, munições e soldados para os acampamentos militares aliados. Era um rio que trazia em seus canais e portos muito mais que o potencial do liberalismo econômico, sendo o principal elemento estratégico da região platina, tanto pela sua disposição geográfica quanto pela sua representatividade política.

A definição de limites fronteiriços também gerou calorosos debates diplomáticos. No entender de Tasso Fragoso, quando este se debruçou sobre a história do imediato pós-guerra,

O leitor verá a toda a luz a razão por que o Paraguai não sofreu nenhum prejuízo em seus limites com o Brasil, e pôde afinal guardar a posse do Chaco, primeiro mediante suas negociações diretas com a Argentina, depois em vista do laudo do presidente Rutherford Hayes (novembro de 1878). Ficará patente nesse lance singular o apoio fraternal e sincero que lhe prestou o Brasil.¹⁷

A assinatura de um Tratado Preliminar de Paz com o Paraguai foi realizada em Assunção, em 1870. O tratado definitivo foi assinado separadamente, entre Brasil e Paraguai, na cidade de Assunção, em 9 de janeiro em 1872, no "Tratado Definitivo de Paz e Amizade Perpétua", e um "Tratado de Limites". Uma comissão mista foi formada para proceder à demarcação limítrofe entre Brasil e Paraguai, sendo este trabalho finalizado em 1874, sob a chefia de Rufino Enéias Gustavo Galvão, mais tarde Visconde de Maracajú. Esses acordos foram complementados em 1927, por um "Tratado de Limites Complementar ao de 1872", e posteriormente, em 1930.

¹⁷ FRAGOSO, Augusto Tasso. *A paz com o Paraguai depois da Guerra com Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. Separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. p. 10.

Assim, os anos imediatamente posteriores à guerra, além de demandarem maior atenção quanto ao possível ressurgimento de 'lopiztas' e do estado de atenção em relação a tendências 'argentinas'¹⁸, também ensejava um contínuo esforço logístico para repatriar os contingentes que atuaram na guerra e grande parte do aparato bélico lá utilizado. Os efetivos no Paraguai só aumentaram pontualmente, quando foi necessário apoio ao governo paraguaio para controlar os ânimos da oposição, a exemplo do que ocorreu em 1874, quando foi deslocado para Assunção o 2º Batalhão de Artilharia, com 398 homens vindos de Corumbá.

Entre 1870 e 1876 realizaram-se cinco conferências envolvendo Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai a fim de se combinar os devidos tratados de paz e resolver as demais questões quanto à ocupação, fronteiras, navegação e comércio na região. Em 9 de janeiro de 1872 o Império do Brasil já havia assinado, em separado, um tratado de paz com a República do Paraguai. A Argentina, entretanto, por divergências em relação a reivindicações territoriais na fronteira com o Paraguai e considerando a pressão diplomática brasileira, somente após a mediação do presidente norte-americano Rutherford Birchard Hayes, no tocante a definição do controle da área entre o Rio Verde e o braço principal do Rio Pilcomayo, com ganho de causa ao Paraguai, que reconheceu e assinou em 1876 a paz com a República do Paraguai.

Os atritos entre representantes plenipotenciários e militares brasileiros ensejou algumas complicações políticas para o Império, especialmente com a Argentina, que reclamava da excessiva ingerência brasileira na reestruturação das forças políticas paraguaias com vistas a organização de um novo governo. Por outro lado, tanto militares quanto os homens de Estado do Império brasileiro procuravam, além de fazer prosperar suas iniciativas particulares de lucrar com a situação do imediato pós-guerra, trabalhar também para manter as boas relações com a Argentina e ao mesmo tempo limitar as influências daquele país em suas ambições territoriais e sobre a dinâmica política paraguaia.

¹⁸ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. "Ocupação político militar brasileira do Paraguai (1869-1876)". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 210.

Um ano antes de a Argentina assinar finalmente a paz com o Paraguai, permaneciam nos discursos das proeminentes figuras do Império a preocupação em manter um constante estado de prontidão ante qualquer pretensão argentina em insistir na reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata. Ainda em 1875,

[...] dizia o Barão do Rio Branco, citado por Nabuco, que a política internacional do Brasil “consistia, como ainda hoje (1875), em manter a independência dos dois Estados ameaçados pela ambição argentina, o Paraguai e o Uruguai” com o que se impediria a reconstituição do Vice-Reinado do Prata.¹⁹

Após a Argentina, em 1876, reconhecer de fato e de direito a independência e integridade paraguaia o Brasil já havia retirado seus últimos efetivos do território paraguaio. De acordo o Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra de 1877,

A última fração de forças brasileiras deixou Assunção a 22 de junho de 1876, antes de expirar o prazo marcado na 5ª Conferência. Só a 11 de junho participou o Governo argentino à legação imperial que o Congresso havia aprovado o tratado de 3 de fevereiro.²⁰

A retirada total das tropas brasileiras do território paraguaio foi marcada, antes de tudo, pelo cuidado que a diplomacia imperial dedicava às questões argentinas. Numa análise a *posteriori* do período, entretanto, verifica-se que o posicionamento geopolítico brasileiro contribuiu sobremaneira, direta ou indiretamente, para a unificação e consolidação da República Argentina.

¹⁹ MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – Sociedade Imprensa Pannartz, 1980. p. 262.

²⁰ Barão de Cotegipe apud FRAGOSO, p. 227.

Com o fim da guerra, no tratado de paz com o Paraguai, haviam diversas e importantes considerações a atender, a exemplo da indenização pelos gastos com a guerra, que o Paraguai deveria pagar. Houve muita discussão a respeito nos meios políticos brasileiros. A este propósito, e em consulta a Seção dos Negócios Estrangeiros, o relator da consulta, o visconde de São Vicente, esclarece que:

1º o tratado definitivo de paz prometeu ao Paraguai uma fixação – ou, por outra, uma redução benévola [da indenização pela guerra] – e, por certo, esta promessa deverá ser cumprida;

2º a república paraguaia não teria mesmo meios de satisfazer, ainda que com diuturna espera, essa considerável quantia;

3º em tais casos, é de boa política reduzir a exigência a termos que possam ter execução ou tronar-se práticos, embora no decurso de longo prazo.²¹

Sobre a capacidade da república paraguaia em arcar com esse ônus no pós-guerra, no mesmo parecer o visconde de São Vicente avalia que:

[...] na atualidade, o Paraguai se acha em estado de suma penúria particular e pública, mas cumpre observar que é um país que tem um território muito fértil, navegação franca para o rio da Prata e ampla no seu interior; que para ele pode concorrer grande imigração; e que, para seu crescimento, apenas demanda um governo e administração inteligentes. A quanto, pois, poderá elevar-se em poucos anos a sua renda? É um elemento de que as seções estão privadas; elas ignoram, ate mesmo, quais fossem os rendimentos públicos desse país nos últimos anos, anteriores à guerra.²²

²¹ BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: FUNAG, 2009. Consulta 6/72, de 03/04/1872. p. 158.

²² BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: FUNAG, 2009. Consulta 6/72, de 03/04/1872. p. 159.

Ao parecer do visconde de São Vicente, Nabuco de Araújo, sobre essa mesma consulta, destaca a necessidade de “coligirem elementos estatísticos e dar-se tempo ao restabelecimento da atividade de pacificação moral do Paraguai”²³, já que o Paraguai terminou a guerra com toda sua estrutura produtiva arrasada, além da drástica redução na população masculina adulta, com profundo impacto no restabelecimento da força de trabalho daquele país.

A dívida de guerra paraguaia ao Brasil só foi perdoada em 1930, diante de um novo contexto geopolítico regional, no qual a diplomacia brasileira e o regime de Vargas buscaram a reaproximação com o Paraguai.

Bens e propriedades paraguaias também se transformaram em objeto de disputas. A disputa por terras no Paraguai, a partir das disputas pela herança dos bens e propriedades de Francisco Solano López, foi catalisada pelas ações do período final do conflito. Ainda durante o conflito, a esposa de Solano López, Elisa Alicia Lynch, foi agraciada pelo marido com uma grande concessão de terras, assim, naquele curto período de guerra esta:

[...] tornou-se proprietária, por doação de López, de vastas extensões de terra no atual estado brasileiro do Mato Grosso e nas margens do rio Pilcomayo, uma área que acabou se tornando argentina. As terras, então de propriedade do governo paraguaio, passaram ao seu controle em 17 de agosto de 1865. Ela se tornou, na época, a maior proprietária de terras da América – a área em seu nome era superior à do território da Holanda – além de possuir 32 imóveis urbanos no país.

²³ BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: FUNAG, 2009. Consulta 6/72, de 03/04/1872. p. 160.

Nunca, porém, as teve de fato. Com os acordos de território do pós-guerra, a Argentina se apossaria das terras vizinhas ao Pilcomayo e o Brasil se tornaria dono das do Mato Grosso. Depois do conflito, começou uma longa disputa jurídica de seus herderos contra os governos brasileiro e argentino em busca do reconhecimento de seus direitos sobre os terrenos.²⁴

Dos filhos de Francisco Solano López, apenas um deixou herdeiros, Enrique Venancio:

Enrique Venancio, nome com o qual madame Lynch homenageou Venancio, o único irmão de López com quem tinha boas relações, foi o seu sucessor nas disputas jurídicas contra os governos brasileiro e argentino para tentar reaver as terras que lhe pertenciam mas que haviam passado a fazer parte do território brasileiro de ambos os países. A família jamais conseguiu retomar suas terras.²⁵

Essas disputas jurídicas, no entender de autores como Doratioto, impulsionaram o revisionismo na historiografia sobre o conflito, especialmente no Paraguai, mas em termos concretos, não obtiveram sucesso quanto à recuperação das terras para os descendentes de López.

No período do imediato pós-guerra, por conta da atuação, por vezes nada patriótica de algumas personalidades do Império, entre diplomatas e militares, envolvidos nas complicadas negociações com o Paraguai ao fim da guerra, o acesso a essa documentação histórica sobre a Guerra do Paraguai no Brasil, sob a guarda do Itamaraty, permaneceu como ultrassecreta, especialmente a documentação

²⁴ASSUNÇÃO, Moacir. *Nem heróis, nem vilões: curepas, cablocos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 136.

²⁵ ASSUNÇÃO, Moacir. *Nem heróis, nem vilões: curepas, cablocos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 135.

sobre a demarcação de fronteiras. Esse panorama só se alterou em 2011, com a nova Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), regulamentada em 2012 (Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012) pela presidenta Dilma Rouseff.

Como essa nova legislação é extremamente recente, muitas pesquisas ainda estão por fazer, a exemplo das ações, procedimentos e posturas na construção histórica de determinadas personagens como heróis nacionais e demais subterfúgios inconvenientes, utilizados tanto pelo governo brasileiro quanto pelo governo argentino, caso dos supostos subornos de árbitros internacionais que mediaram à resolução de conflitos fronteiriços, e vantagens econômicas e comerciais para militares e diplomatas brasileiros que aturam no Paraguai por esse período, pois ainda esta por ser feito estudo mais abrangente e consistente a respeito.

Relações Brasil - Paraguai após a guerra: breve balanço

Alguns autores, na análise da geopolítica platina de meados do século XIX asseveram a preocupação do Império quanto a uma "situação de inferioridade estratégica no contexto geográfico convizinhante das nações do Prata²⁶" como elemento norteador das ações diplomática e militares brasileiras na região platina ante as dificuldades de acesso por terra a província do Mato Grosso, e para reduzir os entraves quanto a navegação pelo sistema fluvial do Prata. As negociações para firmação de tratados de livre navegação sempre esbarraram nas pendências de fronteiras e pouco avançaram até o eclodir da guerra.

Após a guerra, ganhou vigor na região platina e especialmente no Paraguai os embates diplomáticos e a disputas de influências naquele país por parte de Brasil e Argentina. O Brasil, especialmente por meio de sua diplomacia, passou a atuar no Paraguai visando estabilizá-lo politicamente e reduzir ao máximo possível às influências argentinas no processo de reconstrução do Estado paraguaio.

²⁶ Ver MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – Sociedade Impressora Pannartz, 1980. p. 264.

Constituiu-se reflexo dessa atuação diplomática brasileira, por exemplo, a figura de Bernardino Caballero, militar paraguaio que começou na guerra como sargento e saiu general, chegando a presidente do Paraguai entre 1880 e 1886, além de ser:

[...] fundador e primeiro presidente da Associação Nacional Republicana, o Partido Colorado, que tem uma ala defensora da história de López. Fez um bom governo e ficou conhecido como *e/ reconstructor nacional*. [...] Antes de ser presidente do Paraguai, foi comandante do Exército e ministro da Guerra e da Marinha. Durante sua carreira, manteve-se sempre próximo do Brasil e distanciado da Argentina.²⁷

Nas negociações diplomáticas que geraram o Tratado da Tríplice Aliança, os argentinos mantinham esperanças, manifestadas pelo próprio Rufino Elizalde, de ver reunidos Bolívia, Paraguai, Uruguai e a Argentina numa mesma federação. A assinatura do tratado, de certa forma esfriou os ânimos argentinos, especialmente por conta de seu artigo 8º, no qual:

Os aliados se obrigam a respeitar a independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai. Em consequência, o povo paraguaio poderá escolher o Governo e instituições que lhe aprouverem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados e nem pedir o seu protetorado como consequência desta guerra.²⁸

As definições quanto à política externa brasileira, haja vista que as discussões no parlamento eram, em geral, acaloradas e pouco consistentes, advinham de poucas cabeças, de forma que em pouco tempo:

²⁷ ASSUNÇÃO, Moacir. *Nem heróis, nem vilões: curepas, cablocos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 140.

²⁸ MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – Sociedade Impressora Pannartz, 1980. p. 282.

O centro do pensamento político brasileiro aplicado às relações externas girava em torno de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, que aglutinava a maioria dos homens públicos em favor da “neutralidade limitada”, uma formulação política moderada e enérgica ao mesmo tempo, sensível ao conceito de soberania e mais ainda ao do interesse nacional a defender. Correspondeu essa corrente à sustentação ideológica da política externa no período.²⁹

Como Paranhos participou pessoalmente dos eventos que encerraram a guerra, especialmente, além das incumbências diplomáticas, auxiliando o Conde d’Eu, verificamos que a diplomacia imperial foi muito habilidosa no pós-guerra, no sentido de reduzir a influência argentina e fazer prevalecer os interesses brasileiros junto ao Paraguai.

Nas questões de limites, após o tratado de limites de 1872, a parte superior do Rio Paraguai teve sua fronteira delimitada oficialmente somente em 1927, por meio de um Tratado Complementar. Porém, em 1930:

[...] as Comissões Mistas formadas para o trabalho de conservação e renovação da sinalização fronteiriça, ao chegarem a margem direita do rio Paraná, na altura da 5ª queda do Salto das Sete Quedas teve a sua ação perturbada pela intervenção do governo de Assunção que entendia que o chão em causa não era brasileiro.³⁰

²⁹ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 126.

³⁰ MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – Sociedade Impressora Pannartz, 1980. p. 282.

As divergências voltaram a aflorar em 1962, com o início dos estudos para o aproveitamento hidroelétrico das Sete Quedas, momento em que o Paraguai alegou estar ainda 'sub-judice' a soberania da região e apresentou ação contestatória ao governo brasileiro. A questão foi superada com a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, que manteve preservados os limites estabelecidos anteriormente no Tratado de 1872. De modo geral, a construção de um projeto de geração de energia elétrica por meio de uma usina hidroelétrica binacional, caso de Itaipu, pacificou sensivelmente as relações Brasil – Paraguai na segunda metade do século XX.

No início do século XX, a diplomacia brasileira manteve política de neutralidade em relação aos eventos paraguaios, como ao longo da Guerra do Chaco, de 1932 a 1936, no qual arbitrou, em conjunto com outros países da região, o fim do conflito, vencido pelo Paraguai. Essa política de neutralidade perpassou a Guerra Civil Paraguaia de 1947 e só foi alterada a partir da década de 1960.

O Paraguai, assim como vários outros países da América do Sul, no contexto de um mundo bipolarizado pela 'Guerra Fria', viveu uma sucessão de chefes militares que ascendiam ao poder por meio de golpes ou eleições suspeitas a partir de 1940, com destaque para o período de governo do general Alfredo Stroessner, de 1954 a 1989, cujo saldo, para além da 'operação condor', resultou na construção do maior complexo hidroelétrico do mundo, consubstanciado na Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma imensa obra de engenharia binacional, erguida na fronteira entre Brasil e Paraguai.

A partir da década de 1960, com o projeto da hidrelétrica binacional, ocorre uma maior aproximação do Brasil com o Paraguai, o que atenua as influências argentinas sobre este último.

Em relação à guerra e suas permanências, na percepção de Moacir Assunção, "O Paraguai, país pobre e que conheceu pouco desenvolvimento, principalmente após a guerra, mantém praticamente intactos, com características físicas muito parecidas com as de quase 140 anos, os principais campos de batalha"³¹, pois as consequências da guerra se fizeram carregar por longo tempo.

³¹ ASSUNÇÃO, Moacir. *Nem heróis, nem vilões: curepas, cablocos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 123.

O período de guerra e de ocupação militar do Paraguai na segunda metade do século XIX gerou o confisco de grande parcela da produção agrícola local que, concomitante a destruição da infraestrutura produtiva paraguaia, ampliou o número de mortos resultantes do conflito, além da perda de considerável porção de terras para o Brasil e para a Argentina e da obrigação em pagar indenizações de guerra. Por consequência, o Paraguai permanece, já iniciado o século XXI, com o estigma e as sequelas de um país 'atrasado', sem muito peso na balança de poder da geopolítica regional platina.

O Brasil, apesar de vencedor, saiu da guerra com a economia fragilizada e com instituições militares fortalecidas, o que viriam a ser tornar um dos elementos catalisadores do fim do império e início do período republicano.

Posteriormente, com a formação do Mercosul em 1991, por meio do Tratado de Assunção, as nações platinas iniciaram um longo e difícil caminho para a ampliação da integração latino americana, principiando pelo projeto de cooperação econômica entre Brasil Argentina, Uruguai e Paraguai.

No Paraguai do início do século XXI, os desafios postos à democracia e aos grupos que se digladiam pelo controle do poder político no país permanecem na pauta da dinâmica política local e do Mercosul, como demonstra o desenrolar de um processo de impeachment relâmpago que fustigou o mandato do presidente paraguaio Fernando Lugo, eleito em 2008. A imprensa brasileira ligada à esquerda, sobre esse evento, destaca que:

A aparente calma popular contrasta com a ebulição de teorias que começam a ser formuladas para o golpe que ocorreu na sexta-feira 22 no Paraguai. Uma semana depois de o Congresso destituir em rito sumário o presidente do país democraticamente eleito, aumentam as certezas de que não foi por governar mal que Fernando Lugo caiu, e sim por contrariar interesses. E mais: surgem indícios de que o impeachment foi o último lance de uma grande armação possivelmente posta em prática no conflito entre sem-terra e um fazendeiro, causa apontada para sustentar o processo de cassação.³²

³² MENEZES, Cynara. "Os neogolpistas". In: *Carta Capital*, São Paulo, 4 de julho de 2012, ano XVII, nº 704, p. 30.

Vislumbra-se, assim, apesar das dificuldades, um cenário de confluência de cooperações e criação de mecanismos institucionais de caráter transnacionais ou multinacionais que promovam a integração latino-americana.

Todas essas considerações refletem apenas módicos aspectos decorrentes da mais famosa guerra que o Brasil participou no século XIX, com profundas repercussões na trama geopolítica para os países da região platina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO Nacional, anotação IG1 436, códice 547.

ASSUNÇÃO, Moacir. *Nem heróis, nem vilões: curepas, cablocos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BARATTA, María Victoria. "A identidade nacional durante a Guerra do Paraguai. Representações, linguagens políticas e conceitos no jornal *La Nación Argentina (1862-1870)*". *Almanack*. Guarulhos, Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo, n.03, p.82-98, 1º semestre de 2012.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: FUNAG, 2009. Consulta 6/72, de 03/04/1872. p. 158.

CERQUEIRA, Dionisio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1980.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fintes; Brasília: Ed. Unb, 1979.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. "A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 209-236.

DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A paz com o Paraguai depois da Guerra com Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. Separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960. Vol. 5.

IZECHSOHN, Vitor. "Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 179-208;

MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – Sociedade Impressora Pannartz, 1980.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, Arquivo Histórico do Exército. p. 7-8.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

RECEBIDO - 11/09/2013
APROVADO - 07/04/2014

